



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140783 - DF (2021/0001504-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO FELIX FISCHER**  
**RECORRENTE** : ANNA LUISA NOBRE SANTIAGO (PRESO)  
**RECORRENTE** : MARCELA MONIQUE MACEDO DA SILVA  
**ADVOGADOS** : NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA DO UNICEUB  
THAIS PEREIRA DE SOUSA (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA) -  
DF052412  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E  
TERRITÓRIOS

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por ANNA LUISA NOBRE SANTIAGO e MARCELA MONIQUE MACEDO DA SILVA contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS (HC n. 0745677-45.2020.8.07.0000).

As recorrentes foram presas em flagrante, em razão da suposta prática do delito previsto no art. 157, § 2º, inciso II, do Código Penal. A custódia foi convertida em preventiva, com base no art. 312 do Código de Processo Penal, para a garantia da ordem pública.

Sustentam que são primárias e com bons antecedentes, condições favoráveis à obtenção da liberdade provisória, aduzindo que ANNA LUISA é mãe de uma criança de apenas 2 anos de idade, que necessita de seus cuidados.

Asseveram a ausência de fundamentação idônea para justificar a segregação cautelar, sendo devida a sua revogação.

Requerem, liminarmente, a substituição da prisão preventiva por medidas diversas da prisão previstas no art. 319 do Código de Processo Penal. No mérito, pugnam pelo provimento do recurso para que seja confirmada a liminar requerida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, uma vez que a decisão recorrida foi proferida de forma fundamentada.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente